

INTRODUÇÃO

A história do atual município de Lagoa é muito anterior à data da carta régia da criação do concelho, em 1773.

O património pré-histórico encontrado que chegou aos nossos dias, menires, necrópoles, artefactos, testemunha a presença humana na zona desde aqueles tempos remotos. As populações fixaram-se porque encontraram condições favoráveis à vida, deixando alguns vestígios.

À semelhança do que acontece no Algarve, o concelho tem a sua especificidade na proximidade do mar, com os benefícios daí resultantes: da pesca, salinicultura, praias amenas, sem esquecer as potencialidades agrícolas, a que se junta, no presente, o turismo. Esta especificidade, acrescida das boas condições climáticas constitui a razão de ser da atração de populações, tanto na antiguidade, como nos nossos dias.

Povos da Antiguidade deixaram marcas da sua passagem ou permanência que o tempo e a ação de outros homens não apagaram de todo. A Idade Média é um período que desperta interesse, por apresentar formas de vida e comportamentos determinantes para os da atualidade, bem como por aí se encontrarem as raízes das divisões administrativas atuais.

Em Lagoa, como em todo o sul da Península Ibérica, as influências islâmicas foram profundas, ainda que, a nível do património, seja na vizinha cidade de Silves que podemos encontrar os elementos mais significativos. A explicação é simples: era a capital de um reino de taifa, enquanto Lagoa era um lugar onde se produzia riqueza, cujos beneficiários principais eram os poderosos, quase sempre residentes na capital. No século XVI surgiu uma conjuntura favorável ao desenvolvimento e prosperidade, de que chegaram até nós só alguns elementos dessa circunstância, porque o terramoto de 1755 causou destruições gravíssimas. As reedificações posteriores seguiram parâmetros arquitetónicos diferentes dos iniciais, ainda que tenham subsistido alguns raros elementos, por exemplo nas igrejas de Estômbar Lagoa e Porches.

A zona costeira de todo o litoral algarvio foi, durante séculos, alvo apetecido de piratas e corsários de várias procedências. Os responsáveis pela administração e segurança das populações criaram dispositivos defensivos junto ao mar, como, no caso de Lagoa, as fortalezas de N. Senhora da Rocha, de Carvoeiro e de S. João de Ferragudo, para além de torres de vigias ou almenaras de que só resta a torre da Lapa ou da Marinha.

TERRITÓRIO

O Topónimo lagoa, tem origem em aspetos da geomorfologia do seu território. Até à Idade Média, pelo menos, existiam zonas lagunares, constituídas por uma ou mais lagoas, um pouco a leste da atual cidade, sendo ainda detetáveis alguns vestígios de terras que estiveram cobertas de água. A sua drenagem terá começado no período da dominação islâmica, séculos XII – XIII e sido intensificada no século XVI, com o propósito de adaptar os terrenos à produção de frutos e cereais.

POPULAÇÃO

A descoberta de numerosos menires, que, infelizmente, já não se encontram in situ, testemunha a presença de comunidades humanas de alguma dimensão, nos referidos tempos pré-históricos, ou junto ao mar, ou em locais um pouco afastados do oceano, como, por exemplo, em Bemparece, Bemposta, Torrinha e Lobite.

Temos notícia de que, no período islâmico, a população habitava, fundamentalmente em núcleos urbanos, com destaque para Silves, a capital, para Estômbar, nas proximidades do rio Arade e também para Porches-Velho, situado na actual sede de freguesia de Porches, mas

junto a Nossa Senhora da Rocha. Nesse tempo, o lugar de Lagoa não tinha a importância demográfica que veio registar séculos mais tarde.

Nos campos viviam os agricultores que trabalhavam a terra, alguns dos quais se dirigiam. À noite para as suas casas, dentro da muralha urbana. No Livro do Almojarifado de Silves – século XV, encontramos informações sobre proprietários, arrendatários ou foreiros de terras e casas em Silves e nas proximidades de Lagoa, o que manifesta a presença de comunidades relativamente numerosas naquelas paragens, sem que se possa ter uma ideia exacta do número de pessoas. Por outro lado, a formação de Vila Nova de Portimão, em finais do século XV, criou um outro núcleo urbano de certa importância, para além do de Silves, nas proximidades, o que não era favorável ao crescimento demográfico de Lagoa.

Temos informações de que, devido ao recrudescimento de ataques de pirataria, nos séculos XVI e XVII, se verificou uma certa diminuição da população nas zonas junto ao litoral, fenómeno comum a todo o Algarve, por as pessoas se sentirem mais seguras nos povoados um pouco mais afastado do mar. Um facto ocorrido em 13 de Julho de 1559, documenta essa tendência. Nessa altura, houve uma incursão mourisca junto a Nossa Senhora da Rocha e uma das estratégias seguidas pelo encarregado de repelir os atacantes, o capitão Pedro da Silva, sargento-mor de Silves, foi pôr a salvo as mulheres e as crianças, encaminhando-as para o interior. Circunstâncias como aquela terão levado os moradores a fixar-se, preferencialmente, em locais onde se sentissem mais seguros, do que nas zonas costeiras.

Quando, em 1773, foi criado o concelho de Lagoa, onde se incluía Estômbar, Porches, Mexilhoeira da Carregação e Ferragudo, a população de todo ele era de cerca de 4.500 habitantes. No princípio do século XX, os habitantes já eram mais do dobro. Na actualidade, a população residente do município é de 20.651 pessoas e a presente é de 23.655, devendo incluir-se, na diferença entre ambas, muitos estrangeiros, na maioria reformados, que escolheram Lagoa para viver, atraídos pelas condições climáticas favoráveis e por outros factores, como a hospitalidade dos naturais e o custo de vida menos elevado do que noutras zonas da Europa.

Se, ao calcular a densidade populacional, tivermos em conta a superfície e o número de habitantes, como se deve, encontramos uma densidade muito elevada, o que não significa que se trate de uma região densamente povoada, porque muitos habitantes estão concentrados nos diferentes núcleos urbanos, ainda que estes não sejam muito grandes. Assim, ainda é possível encontrar zonas com uma densidade demográfica baixa, como acontece nas zonas marcadamente rurais.

Uma outra particularidade da distribuição da população é o facto da cidade, sede de concelho ter apenas 6063 habitantes, pouco ultrapassando um quarto do total. Esta circunstância pode explicar-se por não ter existido, em tempos idos, um núcleo urbano muito populoso e Lagoa ter sido, durante séculos, apenas um lugar de Silves, embora com uma individualidade própria e boas condições de vida, graças aos terrenos férteis e aos pequenos portos piscatórios existentes na sua costa.

DA PRÉ HISTÓRIA À IDADE MÉDIA

Até à autonomia administrativa, ocorrida em 1773, a evolução histórica de Lagoa só faz sentido se incluirmos esse pequeno território na globalidade do Algarve, onde a presença do mar é uma constante. Como já se referiu, o município de Lagoa é uma zona de atração, comprovada pela existência de vestígios da presença humana, desde tempos pré-históricos e pelo afluxo de turistas na actualidade.

No Neolítico e no Calcolítico, a par da recolção, praticou-se uma produção agrícola muito incipiente, em solos arenosos de fácil cultivo. As necrópoles e os menires, encontrados em vários pontos do concelho de Lagoa, em pequenos povoados, como Caramujeira e Areias das Almas, são manifestações de atividades socioculturais daqueles tempos remotos, características de povos já sedentarizados.

No Algarve, como noutras regiões da Península Ibérica, a romanização deixou profundas marcas, como em Vale da Vila (Perto de Vila Moura), Quinta da Abicada (perto de Portimão) e em Estoi/Milreu. No território em estudo, também se encontram vestígios desse tempo, com destaque para as salinas, de que resta já muito pouco e para vestígios de dispositivos ligados à preparação do garum, peixe moído com as vísceras e conservado com camadas de sal e ervas aromáticas. As lagaretas encontradas em Vale da Amargura, estavam relacionadas com essa forma de conservar e exportar o peixe.

Os muitos achados no rio Arade, de tempos da presença romana e mesmo anteriores, ânforas, embarcações, materiais de navegação e moedas romanas, testemunham a importância deste rio na atividade económica naquele período, e, naturalmente, das populações fixadas nas suas margens. Através daquela via fluvial, canalizavam-se produtos agrícolas e mineiros para os portos marítimos, como é o caso de Portimão. Na zona de Porches Velho, proximidades de N. Senhora da Rocha, terá existido um templo visigótico, alguns elementos do qual foram incorporados na ermida aí construída no século XVI, como se indicará. Tratava-se de um local de culto, mas não é de excluir a hipótese de aí ter existido também um núcleo urbano, à sombra do castelo de Porches, localizado nas imediações.

DA IDADE MÉDIA A MEADOS DO SÉCULO XVI

Silves, a 6 quilómetros a norte de Lagoa, o centro islâmico de maior notoriedade no ocidente do Algarve, conheceu um período de grande prosperidade no período almóada (século XII). Nesse período foi dotado de um forte dispositivo defensivo, com a alcáçova (atual castelo) e com a muralha da medina de que ainda se conservam alguns panos e torres. A sua prosperidade advinha-lhe dos produtos agrícolas cultivados nas proximidades, das madeiras obtidas na zona encostada à serra, da extração de metais e do comércio feito através do rio Arade. O atual concelho de Lagoa contribuía para essa prosperidade, com os produtos agrícolas, figos, amêndoas, alfarroba e com o sal obtido nas salinas.

Os 16 quilómetros de navegação entre o porto fluvial de Silves e a foz do rio eram fundamentais para aquele dinamismo económico. A cidade foi cobiçada por muitos, incluindo os povos do norte da Europa, devido às suas riquezas. Em 996, os Normandos atacaram Silves pelo rio Arade, chegaram às portas da cidade, mas foram repelidos com o apoio de uma esquadra que veio de Sevilha.

No século XII, os muçulmanos, prevendo ataques dos cristãos, reforçaram os dispositivos defensivos tanto na cidade como nas suas imediações. Com este objetivo, construíram, entre outros, o castelo de Estômbar, de taipa, num ponto alto, nas proximidades de um esteiro do rio, para vigilância, e para residência de pequena guarnição militar, que agiria numa primeira fase de resistência. Subsistem apenas restos de uma das torres e de alguns panos de muralha escondidos numa habitação e respetivo quintal entre o largo do Castelo e o largo Dr. José Lapa.

A orla marítima e as margens do rio, junto à foz, tinham necessidade de proteção, porque o peixe era um dos elementos essenciais da alimentação e do comércio externo. No atual território de Lagoa, no período islâmico foi construído também, como se disse, o castelo de Porches Velho, não muito longe de N. Senhora da Rocha. Os reforços para repelir os cristãos não foram eficazes, porque, Silves foi conquistada, primeiro em 1189, depois a seguir à conquista de Faro, ocorrida em 1249. O chanceler, Estêvão Eannes, que, nesta data, acompanhara o rei D. Afonso III na campanha militar no Algarve, recebeu, em recompensa, esse castelo, com todos os seus haveres, certamente, os produtos da terra e do mar. À superfície, nada resta dessa fortificação, que teria algo a ver com a atual zona dos Crastos, um pouco a norte de N. Senhora da Rocha.

Após a reconquista cristã, mantiveram-se as atividades económicas, com uma natural diminuição do comércio e contactos com portos do Mediterrâneo, controlados pelos islâmicos.

No foral dado a Silves, de 1266, o rei reservava para si as salinas, algumas das quais em território de Lagoa, na margem esquerda do rio Arade. Muitos muçulmanos continuaram em território sob administração cristã, como se pode verificar pelos nomes dos que, segundo o Livro do Almojarifado de Silves – século XV, possuíam terras ou as trabalhavam em Lobite, onde cultivavam figueiras e vinho, para além dos cereais.

DE MEADOS DO SÉCULO XVI À CRIAÇÃO DO CONCELHO (1773)

Na segunda metade do século XVI, intensificaram-se os ataques de piratas e corsários, ao longo de toda a costa do Algarve. Os que vinham do Magreb eram fomentados pelos marabutos, religiosos islâmicos de grande influência entre a população magrebina que incentivavam os crentes a todas as formas de luta contra os cristãos, incluindo o curso e pirataria. A campanha de D. Sebastião a Marrocos, em 1578, deve ser entendida como forma de repor o domínio português naquelas paragens africanas e de estancar os ataques ao litoral algarvio.

Também a presença dos reis espanhóis em Portugal, de 1580 a 1640, teve repercussões nos ataques provenientes do norte da Europa, porque os inimigos de Espanha faziam razias na costa portuguesa. Depois da Restauração de 1640, um novo inimigo nos incomodava: os vizinhos Espanhóis. Nesta conjuntura, houve necessidade de reforçar os dispositivos marítimos defensivos.

A ponte de Armação de Pêra, talvez para proteger a almadrava (pescaria de atum ali existente) foi construída a Fortaleza de N. Senhora da Rocha, em finais do século XVI. É provável que a mesma tenha sido mandada edificar na sequência do relatório do ataque da moirama de 1564, enviado à rainha D. Catarina por Pedro da Silva, Sargento-mor de ordenanças de Silves. Nesse documento, o autor declara que, se ali existisse uma torre de vigia, o perigo não teria sido tão grande. A fortaleza então construída no esporão rochoso, local onde já teria funcionado qualquer dispositivo militar islâmico, ao lado de um edifício religioso, a provável ermida visigótica, dispunha de fosso, ponte levadiça e canhoneiras para aplicação de armas de fogo. Nada disso chegou até nós, para além de uns restos de muros em alvenaria, no coroamento do rochedo.

Talvez do mesmo tempo e por razões semelhantes, foi erguida uma torre de vigia, um pouco a nordeste do moderno farol de Alfanzina, de que só há restos de alicerces. A praia de Carvoeiro foi, até há pouco tempo, um porto de pesca de grande atividade, pelo que se tornou imperioso garantir a segurança da faina piscatória. No século XVII, mais concretamente em 1670-1675, foi construído o forte de N. Senhora da Encarnação, no morro nascente, sobranceiro à praia.

Pela informação escrita e pelas plantas que chegaram até nós, não pelos elementos arquitetónicos existentes, sabemos que era de planta poligonal irregular, com baterias voltadas ao mar, onde funcionavam três bocas de fogo e que a entrada por lado de terra se fazia a meio do muro de gola de que se conserva uma parte considerável do aparelho, encimado por uma lápide comemorativa da fundação e da intervenção de 1797. Parte do muro nordeste foi derrubado em 1937 para construir a estrada que liga Algar Seco à praia do Carvoeiro, junto à costa. No interior da fortificação havia o paiol da pólvora, aposentos para a guarnição, posteriormente utilizados como posto da Guarda Fiscal e a capela de N. Senhora da Encarnação, talvez anterior à fundação do dispositivo defensivo mantendo-se ao culto, com sucessivas intervenções. A associação, militar/religiosa, em espaços contíguos, é frequente na zona costeira, desde tempos recuados.

A nascente de Ferragudo, no cimo da falésia, foi levantada, talvez no século XVII, uma torre de vigia, conhecida por torre da Lapa ou da Marinha, para alertar as populações e os responsáveis pela defesa da aproximação de piratas. Os encarregados da vigilância podiam cumprir a sua função fazendo fumo durante o dia e fogo durante a noite. É uma construção de alvenaria com reboco, de cinco metros de diâmetro na base, com acesso, à parte superior, por uma escada amovível. É um dos raros exemplares que subsiste das várias dezenas que foram levantadas ao longo da costa algarvia, mas, dado o seu estado de ruína, também corre o perigo de desaparecer, se não se lhe acudir com obras de consolidação.

Na margem esquerda do rio Arade, a algumas dezenas de metros da sua foz e a cerca de meio quilómetro a sul de Ferragudo, ergue-se a fortaleza de S. João Baptista. É possível que, naquele espaço, tivesse funcionado, anteriormente, um dispositivo de controlo e de defesa da barra e das comunicações fluviais para Portimão e para Silves.

Em Descrição do Reino do Algarve, Alexandre Massaii, encarregado de fazer um estudo da situação das fortificações marítimas de todo o Algarve, de inventariar as necessidades de intervenção nas mesmas e de propor a construção de algumas em pontos estratégicos, defendeu a existência de uma fortaleza na Praia da Rocha, a de Santa Catarina.

Gerou-se uma grande polémica quanto à sua localização. As autoridades de Vila Nova de Portimão e o próprio Massaii defendiam que se devia situar do lado de Portimão, enquanto as autoridades de Silves pugnavam pela construção na margem esquerda do Arade, em Ferragudo, território pertencente ao seu termo, naquela época. Talvez mais por razões de ordem política do que de estratégia militar prevaleceu a primeira opinião, sendo levantada, em 1629, a fortaleza de Santa Catarina, cujos muros voltados a sudeste e a nordeste ainda apresenta as canhoneiras, onde se aplicavam as bocas de fogo.

Volvidos poucos anos, verificou-se que a fortaleza construída em Santa Catarina de Riba Mar se mostrou de pouca eficiência para a defesa da barra. Os navios podiam passar rentes à rocha sem serem molestados pela artilharia, disparada do alto. Decidiu-se, então, levantar uma nova fortificação, a de S. João de Ferragudo, equipada com duas ordens de canhoneiras, uma destinada a fogo rasante e outra a fogo alto.

Todas as preocupações defensivas na costa reforçam a ideia de que a vida era mais insegura no litoral do que no interior. Por essa razão, se verificou a referida diminuição demográfica na zona costeira e o crescimento dos núcleos urbanos a alguns quilómetros do mar, o que levou a um maior empenho no amanho da terra. Neste contexto, desenvolvem-se as potencialidades agrícolas em todo o Algarve e o território de Lagoa não foi exceção. Assim se compreende a intensificação da drenagem das lagoas para aproveitar as terras para o cultivo de frutos e de cereais.

Chegaram até nós sinais da prosperidade de núcleos urbanos nesse século, em detrimento dos situados junto ao mar. Porches Velho desaparece e desenvolve-se o povoado da atual freguesia de Porches. Em Lagoa, Estômbar e Porches constroem-se as respetivas igrejas matrizes e surgem numerosas habitações de famílias prósperas. Neste surto de construção religiosa e civil do século XVI, fazem-se sentir as influências da arte manuelina, visíveis em portas e janelas que chegaram até nós. Sem o desenvolvimento da agricultura e da economia em geral, não se teria verificado aquele dinamismo na construção.

DA CRIAÇÃO DO CONCELHO (1773) AOS NOSSOS DIAS

O terramoto de 1755, conhecido como terramoto de Lisboa, não foi menos devastador no Algarve do que na capital, tendo afetado quase todo o património arquitetónico. A reconstrução dos edifícios não foi imediata e, quando se fez, não respeitou o estilo de origem, mas o gosto da época, com influências barrocas e neoclássicas. Nalguns casos, aproveitaram-se elementos da edificação anterior, como se verifica no portal da igreja de Estômbar.

O marquês de Pombal, grande obreiro da reconstrução de Lisboa e grande dinamizador da economia da época, também tomou medidas para desenvolver o Algarve, aproveitando as potencialidades da região, agricultura, pesca e salinicultura. Uma das medidas tomadas pelo ministro de D. José I foi o arranque de vinhas nalgumas zonas, para aumentar a área destinada aos cereais. No Algarve, é crónica a carência de cereais, porque a maior parte das terras estavam ocupadas por árvores de fruto (figueira, alfarrobeira, amendoeira, oliveira), enquanto os cereais eram relegados, na maioria dos casos, para o intervalo das árvores, como refere o pároco de Estômbar, em memória paroquial do século XVI.

Ainda que as leis do marquês de Pombal que determinavam o arranque de vinha para se incrementar o cultivo de cereais não se aplicasse diretamente ao Algarve, tiveram aqui algum reflexo, porque temos notícia do arranque de vinhas e o conseqüente aumento de terras de

pão. A necessidade de moer grãos para fabrico de pão levou à construção de mais moinhos de maré, na margem esquerda do rio Arade, encontrando-se a totalidade deles em ruínas. Foram restaurados o que esteve em funcionamento no Sítio das Fontes e o que se localiza perto da ponte da EN 125 foi transformado em habitação de veraneio.

As preocupações de desenvolvimento económico do sul do país, designado como Reino do Algarve, não poderiam tornar-se realidade sem medidas administrativas adequadas. Entre estas, devemos considerar a criação da Companhia Geral das Reais Pescas do Reino do Algarve, a fundação de Vila Real de Santo António e a elevação a vila dos lugares de Lagoa e de Monchique, desanexados do termo de Silves. Desta forma, impulsionavam-se as potencialidades dos respetivos territórios, libertando-os de certos entraves burocráticos.

O notável lugar de Lagoa, assim designado na carta de elevação a vila de 1773, dispunha de bons terrenos agrícolas que podiam ser melhor aproveitados e de portos de pesca que seriam mais rentabilizados.

Além dos benefícios para os moradores, o rei aumentava os seus réditos com a recolha de impostos sobre as atividades em desenvolvimento. Em nosso entender, a criação do concelho de Lagoa em 1773 deve ser entendida na referida perspetiva de dinamizar a região do Algarve, tirando proveito das suas potencialidades tradicionais.

Em Lagoa e Estômbar, prosperava uma média burguesia rural, graças aos rendimentos das culturas agrícolas, o que lhes permitia construir moradias de algum conforto, como se pode comprovar pelas ruínas de algumas, que ainda subsistem. Também o desempenho de cargos públicos, a nível da autarquia, aumentava a importância social dos que os desempenhavam, quase sempre em acumulação com os rendimentos da terra.

Por seu lado, o rio e os pequenos portos de pesca eram meios de algum incremento da atividade económica. Ainda em princípios do século XX, o Arade era a grande via do transporte da cortiça, produzida na região serrana, alimentando uma indústria próspera em Silves. Pelo rio, com passagem pela Mexilhoeira da Carregação, circulavam as barças carregadas daquele produto, destinado, em grande parte, à exportação, através do porto de Portimão. Na primeira metade daquele século, desenvolveu-se a indústria conserveira. As fábricas ocupavam muita mão-de-obra, proporcionando salários não muito elevados, mas importantes para completar os rendimentos familiares, provenientes do amanho das terras, da pesca e da salinicultura. No Parchal, na entrada de Ferragudo e na Mexilhoeira da Carregação podemos encontrar ainda ruínas dessas fábricas que estiveram em atividade até há algumas décadas.

A crise daquela indústria e a da agricultura, verificada a partir da segunda metade do século passado, provocou transformações na vida das populações. A extensa costa e a riqueza do seu património natural têm sido aproveitadas, recentemente, para o desenvolvimento turístico de uma forma inteligente que, na atualidade, constitui a grande riqueza do município de Lagoa. É conhecida a grande pressão urbanística no litoral, que se tem feito sentir em todo o Algarve, mas, em Lagoa têm-se evitado alguns excessos nesta matéria, a ponto da sua costa ainda ser dos pontos onde turismo e belezas naturais têm convivido num equilíbrio, nem sempre muito fácil. Teremos oportunidade de constatar isto se seguirmos o itinerário, entre N. Senhora da Rocha e Ferragudo ao longo da costa.

**In “Lagoa Património Histórico e Natural”
Edição Câmara Municipal de Lagoa, 2006
Autor: Mestre Valdemar Coutinho**